
As cidades são feitas de migrações

Entrevista com Graça Índias Cordeiro

Liliana Azevedo

Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

OEm Conversations With 38

março de 2025

Graça Índias Cordeiro é professora no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do Cies-Iscte. Com longa experiência de ensino e investigação em antropologia urbana e etnografia, Lisboa tem sido um dos seus principais terrenos de pesquisa e, mais recentemente, a área de Boston onde tem analisado os sentidos e metamorfoses locais do label "Português". Atualmente desenvolve pesquisa colaborativa com Giuseppe Formato sobre a diáspora açoriana na Nova Inglaterra, e integra o projeto EXPORT- Exporting Portugal: Estado Novo Cultural Diplomacy and Rebranding Strategies in the United States, 1933-1974, ICS/FCT, (2025-27).

Palavras-chave Diáspora açoriana, identidade e etnicidade, Portuguese-speaking (rótulo identitário), etnografia colaborativa, migrações transatlântica, gentrificação e memória urbana.

Title Cities are shaped by migration

Graça Índias Cordeiro is Professor at Iscte – University Institute of Lisbon and a researcher at CIES-Iscte. With extensive experience in teaching and research in urban anthropology and ethnography, Lisbon has been one of her primary fieldsites, and more recently the Boston area, where she has examined the local meanings and transformations of the label “Portuguese.” She is currently engaged in collaborative research with Giuseppe Formato on the Azorean diaspora in New England and is a member of the project EXPORT – Exporting Portugal: Estado Novo Cultural Diplomacy and Rebranding Strategies in the United States, 1933–1974 (ICS/FCT, 2025–27).

Keywords Azorean diaspora, identity and ethnicity, Portuguese-speaking label, collaborative ethnography, transatlantic migration, gentrification and urban memory.

Divulgação pública autorizada

O Observatório da Emigração incentiva a divulgação de seu trabalho. É permitido copiar, descarregar ou imprimir este conteúdo para uso pessoal e profissional, bem como incluir excertos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, sítios e materiais de ensino, desde que o Observatório da Emigração seja devidamente identificado como fonte.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Observatório da Emigração (à frente OEm) – És antropóloga, tens desenvolvido pesquisa na área dos estudos urbanos, principalmente em Lisboa, mas também na região de Boston. Em que momento do teu percurso surge o tema das migrações?

Graça Índias Cordeiro (GIC) – Antes de mais, quero agradecer ao Observatório da Emigração esta entrevista porque uma entrevista é sempre um bom momento para fazer uma reflexão sobre o nosso percurso.

Respondendo à tua pergunta, posso dizer que embora as “migrações” tenham acompanhado o meu percurso de formação e investigação em antropologia urbana, desde Lisboa até Boston, este tema só aparece de forma mais clara desde que comecei a fazer pesquisa fora de Portugal, em bairros onde a imigração portuguesa se destacava. Posso, pois, dizer que é a partir do meu trabalho de campo na área de Boston, nos Estados Unidos, com imigrantes portugueses, brasileiros e cabo-verdianos, e seus descendentes, que o tema das migrações internacionais se vai impondo. Vale a pena esclarecer, num breve parêntesis, que o que faz crescer as cidades são os imigrantes, não há cidades sem imigração. Quem estuda cidades estuda migrações, mesmo que não o conceptualize como um tema em si, pois as cidades são feitas de migrações. Na minha abordagem etnográfica, baseada nas redes de interação pessoal construídas ao longo de um trabalho de campo relativamente prolongado, *in locu*, a realidade concreta é a da “imigração”, e não da “emigração”, conceito usado em Portugal para falar dos ausentes, ou seja, daqueles que já não vivem no seu país de origem.

Tudo isto para dizer que desde o início da minha pesquisa antropológica sobre Lisboa, nos anos 1980, que o fenómeno migratório (ou imigratório) estava presente no meu trabalho. Tenho de recuar até uma pesquisa exploratória sobre o bairro da Madragoa (Lisboa), realizada entre 1989 e 1990, coordenada por Joan Pujadas, antropólogo e professor da, então, Universidade de Barcelona em Tarragona (hoje, Universitat Rovira i Virgili), que tinha organizado no Iscte um seminário sobre as suas pesquisas urbanas na Catalunha (convidado por Raul Iturra e Vitor Matias Ferreira) e que se apaixonara por Lisboa¹. Nesta pesquisa, da qual eu e Antónia Pedroso de Lima fizemos parte, procurámos saber a naturalidade dos seus habitantes através dos registos eleitorais, tal como o António Firmino da Costa fizera para o bairro de Alfama num artigo recente,² na

¹ Pujadas Joan J., 2001, « Le charme ensorceleur de Lisbonne : expériences et souvenirs d'un anthropologue urbain ». *Recherches en anthropologie au Portugal*, n°7, La ville sensible. pp. 187-192 (traduction de Fabienne Wateau) DOI : <https://doi.org/10.3406/rap.2001.1067>
www.persee.fr/doc/rap_1240-3474_2001_num_7_1_1067

² Firmino da Costa, A. (1985). Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros. *Análise Social*, 21(87-88-89), 735–756. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.198587.09>

altura, questionando o perfil “tipicamente” lisboeta dos seus habitantes. No nosso caso, confirmávamos que a associação entre a Madragoa e a figura da varina (ou ovarina)³ parecia decorrer de um processo de migração em cadeia desde Ovar e da região de Aveiro. Foi, aliás, na Madragoa que descobri o bairro da Bica, pequeníssimo bairro vizinho que rivalizava nas manifestações públicas de “bairrismo”, sobretudo na altura das festas dos “Santos Populares” – e que acabei por escolher como um caso para o estudo do processo de construção de identidade territorial em contexto urbano, cujos resultados estão publicados⁴ e discutidos.

Mas o que vale a pena falar aqui, é que uma das minhas preocupações, desde o início, foi contextualizar aquela população, tinha muita curiosidade em saber de onde vinham aqueles habitantes. Isto não era fácil, porque grande parte destes habitantes, os meus interlocutores, de facto, tinham nascido ali, e os pais também. Mas muitos outros tinham vindo de várias partes do país. Eu queria ter profundidade histórica no retrato que queria fazer do bairro ou, pelo menos da sua parte mais central. Então isto levou-me a fazer uma pesquisa de arquivo, recolhendo a informação de registos de batismo e nascimento, porque eram os registos que tinham a informação mais rica, com os nomes, idade, naturalidade, morada, profissão, de pais, avós e padrinhos do recém-nascido. Foi uma pesquisa que durou meses, na Conservatória do Registo Civil, em que copiei para uma ficha em papel todos os registos de batismo (entre 1886-1910) e de nascimento (entre 1911- 1970) registados nas três ou quatro ruas que delimitei como o “centro da Bica”. Foi antes dos computadores portáteis, portanto, a recolha da informação era feita para uma ficha em papel cuja informação era posteriormente introduzida em computador para uma base de dados construída pelo Rui Fernandes⁵, em Access, e a partir da qual conseguimos extrair muita informação – embora só tenha analisado a naturalidade e as profissões.

Voltando às migrações: o que é eu que descobri? Descobri uma numerosa “colónia” de pessoas naturais de uma freguesia de Olhão, nas primeiras décadas do século XX, provavelmente a viver em casas sobrelotadas, de forma transitória ou permanente. A fonte apenas nos indicava a morada onde os bebés teriam nascido e, em muitos casos, íamos acompanhando o crescimento destas famílias algarvias... era uma zona antiga de Lisboa, as moradas mantinham-se e pude com isto reconstituir famílias, genealogias. Quanto às profissões, apareciam muitas ligadas ao mar,

³ Vendedora ambulante de peixe, conhecida pelos seus pregões de rua, que se tornou um dos ícones da cidade de Lisboa

⁴ Cordeiro, G.I. (2019 [1997]). *Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote, Etnográfica Press. Disponível online: [10.4000/books.etnograficapress.2255](https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.2255)

⁵ O Rui tem-me acompanhado em todas as pesquisas, ajudando-me ao nível da análise funcional, criação de bases de dados, carregamento e exploração de dados.

ao rio, ao porto, às pescas, com uma esmagadora prevalência da profissão de *Marítimo*.⁶ Claro que foi um processo muito longo, só isto poderia ter sido a tese.

Após esta pesquisa histórica, eu perguntava-me: mas por razão não se tornou o algarvio uma figura típica de Lisboa, ou pelo menos uma figura associada ao bairro da Bica? Por que razão e de que modo a varina da Madragoa, esse bairro vizinho da Bica, se tornou um ícone de Lisboa? E porque é que os “algarvios”, contrariamente aos galegos, por exemplo, não aparecem no imaginário de Lisboa? Talvez por serem mais pobres, ou menos entrosados com os mercados abastecedores de peixe... Lembro-me de ter visto, em um jornal antigo, uma referência a uma tabuleta, à entrada de um transporte público avisando “Proibida a entrada de mendigos, algarvios e ciganos”. Na memória do bairro, estes algarvios estavam completamente esquecidos, apesar de continuar a haver seus descendentes. O modo como a memória local trabalha quem chega às cidades, ora recriando, como no caso da varina, ora esquecendo, como o caso do “algarvio” (ou olhanense), foi algo que sempre me interessou e que neste caso, me levou a escrever uma reflexão sobre a “consagração” de certos grupos étnico-profissionais enquanto “tipos populares” – como as varinas ou os galegos-aguadeiros.⁷

OEm – De que outras regiões de Portugal vinham esses migrantes internos? Porque, tal como o Firmino da Costa, que descobriste que os bairros “típicos” de Lisboa eram maioritariamente compostos por pessoas que não tinham origem em Lisboa.

GIC – Sim, o António Firmino da Costa descobriu isso para o caso de Alfama, e brinca um pouco com esse paradoxo: o habitante típico da Alfama, olhado como representativo de um certo estilo de ser lisboeta e popular, afinal não é natural nem pertence totalmente a Alfama. Ele descobriu fluxos migratórios, contemporâneos do seu próprio trabalho de campo, fala das idas e vindas frequentes para Pampilhosa da Serra. O meu processo na Bica foi diferente, talvez porque contactei logo desde o início com famílias que ali residiam há várias gerações. Adotei uma perspectiva mais histórica, complementando a minha abordagem etnográfica com pesquisa de arquivo, em função dos meus interesses de investigação em torno do tema da identidade e da memória coletiva urbanas.

Uma das coisas que me despertou muita curiosidade e desafiou a minha própria representação das migrações rurais-urbanas (que, neste caso, eram mais marítimas do que rurais) foram as migrações não permanentes, que eu não sabia bem classificar, entre o sazonal, o pendular, o

⁶ Sobre a análise destes registos, ver Graça I. Cordeiro, 1994 A construção social de um bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica através dos seus registos de baptismo e de nascimento (1886-1970), *Ler História*, 26:125-150

⁷ Graça Índias Cordeiro, 2001 «Trabalho e profissões no imaginário de uma cidade: sobre os “tipos populares” de Lisboa», *Etnográfica* [Online], vol. 5 (1) | posto online no dia 17 agosto 2016, consultado o 22 janeiro 2026. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/2790>; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2790>

geracional...? Por exemplo, lembro-me de entrevistar um habitante com alguma idade, 70-80 anos, e de ele me contar que tinha nascido em Setúbal e que tinha vindo relativamente jovem viver para a Bica. Mas o seu pai nascera na Bica! E quando lhe perguntava pelos avós, era a região de Setúbal que aparecia novamente. Portanto, de repente, eu percebia que havia movimentos de ir e vir, entre gerações. E isso levou-me para outra questão que nunca cheguei a aprofundar, que tem a ver com as migrações das populações marítimas em Portugal. Porque não era só na Madragoa que havia naturais da região de Aveiro, esta migração ovarina povoou não apenas a Bica como também outros bairros ribeirinhos de Lisboa. Na análise dos registos, havia sinais de migrações de várias zonas litorais do país, o que eu ligava também a uma profissão que aparecia massivamente, que era marítimo. A bacia do Tejo atraía populações de muitas zonas litorais, não apenas portuguesas como internacionais, por exemplo da Catalunha. Em relação à corrente migratória proveniente da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, identificada através dos registos de baptismo e nascimento do início do século XX, eu não sabia se as pessoas teriam ficado na Bica ou se teriam ido para outro sítio, mas daquilo que eu falava com as pessoas, eu percebia que tinha havido e continuavam a existir movimentos de ir e vir. O modo como estudamos e pensamos as migrações depende dos contextos de cada época. A migração rural-urbana era um tema nos anos 1980-90, em várias ciências sociais, com os seus enfoques próprios. Entre uma das referências da época que mais me marcou, lembro-me do livro da Caroline Brettell que teve impacto na minha geração – como aliás muitos outros livros da Coleção “Portugal de Perto”,⁸ criada e dirigida pelo Joaquim Pais de Brito na editora Dom Quixote, com 44 livros publicados entre 1982 e 2006, desde teses inéditas até reedições de monografias esgotadas. Um destes, foi precisamente a monografia de Caroline Brettell⁹ intitulada “Homens que partem, Mulheres que esperam”,¹⁰ sobre “as consequências da emigração numa freguesia minhota”. Ela falava daquilo que alguns autores hoje chamam de “migração imóvel”,¹¹ referindo-se ao impacto que as emigrações têm para aqueles e aquelas que ficam, que não emigram. Lembro também de um de Eunice Durham livro que circulava mais entre os sociólogos (a antropologia portuguesa na época estava sobretudo preocupada com o mundo rural), sobre

⁸ Esta coleção foi disponibilizada em open access pela Etnográfica Press: <https://books.openedition.org/etnograficapress/99>

⁹ A autora também foi entrevistada pelo Observatório: Pereira, Cláudia (2013), "Broad comparative perspective of Portuguese migration: interview with Caroline Brettell", *Observatório da Emigração*, 12 de novembro de 2012. <http://observatorioemigracao.pt/np4/4683.html>

¹⁰ Brettell, C. 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, Portugal de Perto-Biblioteca de Etnografia e Antropologia, dir. Joaquim Pais de Brito. Disponível em <https://books.openedition.org/etnograficapress/1910>

¹¹ Sobre o conceito de (i)mobilidades migratórias, ver Salazar, N. 2019, Mobility, REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 13-24 <http://www.remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1248>

migrações internas de áreas rurais para São Paulo¹². Só para referir dois exemplos que me vêm à memória. Cabe aqui uma menção especial ao Luís Vicente Baptista, que desde a sua tese de mestrado sobre as migrações internas para o bairro do Rego¹³, em Lisboa, nunca deixou de se interessar por este tema, para lá das muitas colaborações e parcerias que temos construído em torno do conhecimento sobre Lisboa. Estamos aqui a falar dos anos 1980, e nesse momento julgo que o tema migratório se centrava muito nas migrações internas, para quem trabalhava o contexto urbano. O tema da emigração era outra coisa. Mas não posso deixar de mencionar a investigação sócio antropológica sobre a imigração “invisível” em Loures, que ambos coordenámos, eu e o Luís Baptista, em 2001, através do CEAS-Centro de Antropologia Social do Iscte, solicitada e financiada pelo município de Loures, mais propriamente do GARSE (Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos).¹⁴

OEm – Em que momento do teu percurso surge, então, o tema das migrações internacionais, em particular, das migrações portuguesas, que tens trabalhado no contexto dos Estados Unidos da América?

GIC – A partir de 2009 abriu-se um novo capítulo no meu percurso de pesquisa que, apesar de não ter começado com esse foco, acabou por me aproximar do tema da emigração portuguesa. No entanto, essa aproximação não foi imediata. Deixa-me explicar um pouco o contexto desta mudança do meu terreno privilegiado, Lisboa, para Boston que se prende, em certa medida, com esta identidade que transporto de antropóloga urbana.

Os EUA são uma grande referência para os estudos urbanos, de um modo geral, e para a antropologia urbana, em particular. No entanto, eu ia adiando viajar para os Estados Unidos da América... tenho que confessar que eu tinha alguma insegurança com a língua, pois tinha tido uma formação muito francófona e não me sentia à vontade com o inglês. Mas em 2005 houve uma conjuntura propícia – o incentivo de uma colega e amiga, a Rosa Maria Perez, num dos semestres em que esteve a dar aulas na Brown University, em Providence, próximo de Boston, mas ainda o convite de um colega da UMass Boston (Universidade do Massachusetts, em Boston), Tim Sieber, e um pequeno apoio da FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento)

¹²Durham, Eunice R. 1984, *A caminho da cidade : a vida rural e a migração para São Paulo*, São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Debates

¹³ Baptista, Luís Vicente, 1987 *Crescimento urbano e migrações internas: contrastes e alterações sócio-espaciais, e redes de interconhecimento. O Bairro do Rego (Lisboa, 1900-1985)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa

<https://run.unl.pt/bitstreams/b947cde6-b69a-4675-ba04-781ecec51918/download>

¹⁴ Baptista, Luís V. e Graça Índias Cordeiro 2002, “Presentes e desconhecidos: reflexões sócio-antropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40: 23-43 <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/40/444.pdf>

– e viajei até Boston, que até ali apenas conhecia das monografias urbanas clássicas que dava aos meus estudantes para ler – Street Corner Society, de W. F. White, The Urban Villagers, de H. Gans, entre outros)...Para lá de todo o fascínio relacionado com o acesso a tanta informação em espaços de trabalho muito confortáveis, deparei-me com algo que não estava à espera de encontrar numa cidade americana: uma forte presença portuguesa, brasileira e cabo-verdiana em dois lugares não muito afastados, em Cambridge e em Dorchester e, sobretudo, a descoberta de uma organização cuja missão era apoiar e promover estas três comunidades: a MAPS - *Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers*, sediada em Cambridge, a dois passos do MIT e de Harvard. E eu fiquei muito interessada nesta ideia de uma *Portuguese-speaking community* poder existir num lugar tão intensamente urbano e “americano”. E regressei a Lisboa com vontade de lá voltar, o que só foi possível passados uns anos, em 2009, com uma bolsa de licença sabática da FCT que apoiou a minha estadia por um semestre no Departamento de Antropologia da UMass Boston.

O meu ponto de partida era perceber o uso da categoria de *Portuguese-speaker*, o próprio processo de *labellisation*, de rotulagem. O que é que significava *Portuguese-speaker*? No fundo, parecia ser uma espécie de mimetização da classificação étnica clássica americana, ou pan-étnica, em grandes conjuntos nacionais, mas também linguísticos, como é o caso dos *Hispanic / Latinos*, que falam espanhol. A língua aparece também como algo que ajuda a classificar uma população e, no caso dos *Portuguese-speakers*, esta era uma resposta muito local, porque os portugueses não estão dispersos por todos os Estados Unidos da América, como os latinos, eles estão concentrados nalguns - poucos - estados, a Oeste do continente americano e a Leste, nesta Nova Inglaterra onde eu estava. Ou seja, esta concentração “da língua portuguesa” era um fenómeno muito local do Estado do Massachusetts e outros pequenos estados vizinhos, como Rhode Island. E, como antropóloga urbana, eu estava particularmente interessada neste fenómeno micro-local, na escala desta pequena cidade de Cambridge que, em 2009, ainda tinha uma presença muito visível portuguesa, brasileira, e um pouquinho menor cabo-verdiana. A presença cabo-verdiana mais forte situava-se no coração de Boston, em Dorchester, a poucas milhas de distância. E a MAPS interessava-me porque me parecia ser a única organização que operava nestas três comunidades, estabelecendo uma espécie de elo de ligação, mas de maneira separada. Nessa altura, a MAPS tinha seis agências no Estado de Massachusetts, tudo no anel mais próximo da cidade de Boston – duas na cidade de Boston, em Dorchester, onde se falava crioulo mais do que português, em Allston/Brighton, onde se falava brasileiro (português do Brasil) e as outras quatro em cidades vizinhas – Cambridge, Somerville, Lowell e Framingham. Ou seja, a MAPS tinha, no fundo, coberto de alguma maneira, algumas das manchas mais importantes de comunidades *Portuguese-speakers* e fazia um trabalho de serviço social, um trabalho de apoio, de ajuda aos imigrantes destes três grandes grupos nacionais.

OEm – Portanto, quando chegas a Boston em 2005, ficas surpreendida pela forte presença não só da comunidade portuguesa, mas da língua portuguesa. E quando voltas, em 2009, com financiamento da FCT, e já com um interesse de pesquisa mais estruturado, é para desenvolver um projeto em torno da questão da língua portuguesa e da identidade?

GIC – Não foi tanto da língua em si, mas sim a sua apropriação, ou as formas de apropriação para outras finalidades que a ultrapassam. Parte destes *Portuguese-speakers* falavam pouco português – por exemplo, a comunidade cabo-verdiana, de quem mais me aproximei inicialmente, falava crioulo, essa é a língua materna – e muitos não falavam português, apenas crioulo e inglês. E uma esmagadora maioria de portugueses, diria, também já não falava português. O que fazia com que o português dominante fosse o do Brasil.

Portanto, eu tinha muito claro que não era a língua em si que me interessava, mas sim a representação da língua como identidade guarda-chuva, ou seja, era a língua assumida como um identificador comum para diferentes populações imigrantes e descendentes. Aliás, essa era a minha questão: até que ponto a língua dá forma a certas identidades, ou etnicidades – no sentido norte-americano. E o que eu acabei por ir descobrindo é que esta atribuição de identidade era algo que vinha de cima, para unir comunidades que, a partir de baixo, divergiam de um ponto de vista cultural, linguístico, identitário. E que tinham os seus próprios processos de ligação particular à língua portuguesa, ou às línguas portuguesas. Como já referi, a comunidade portuguesa falava pouco português, a cabo-verdiana também, e era a comunidade brasileira quem falava mais português, atendendo à sua recente chegada a solo estado-unidense. Portanto, tinha logo aqui três situações diferentes de bilinguismos e trilinguismos, e tudo isso para mim foi novidade, porque eu vinha de um país monolíngue, monocultural, não é? Portanto, tive de aprender a importância destas questões sociolinguísticas num lugar historicamente plurilingue e pluricultural, onde tantas identidades, no fundo, se misturam, se recriam, se transformam. Aliás...normalmente não se misturam – essa é uma ideia um pouco utópica – os processos identitários são mais feitos de tensões, oposições, negociações, situacionais. No fundo, era isso que eu estava a estudar dentro da MAPS.

Portanto, em 2009, eu entrei como voluntária na MAPS para poder ter acesso aos bairros, partes de bairro, comunidades, associações da área metropolitana de Boston. A MAPS foi a minha porta de entrada para a etnografia sobre estas questões do *Portuguese-speaking* – e estou profundamente grata ao seu diretor executivo, Paulo Pinto, e a todas e todos os funcionários desta organização que foram de uma imensa generosidade comigo. A minha questão era: o que é que significa ser *Portuguese-speaker*, de um ponto de vista individual e coletivo, é apenas um *label* útil para a luta pela visibilização de uma minoria ou de um conjunto de minorias que, no fundo, é disso que estamos a falar, porque são diferentes conjuntos e subconjuntos de que estamos a falar. E é, também, muito fortemente uma luta de afirmação (e sobrevivência) institucional, de organizações cuja missão de apoio a estas minorias depende do apoio financeiro. Eu diria que é

todo este jogo de que eu me vou apercebendo ao longo do meu primeiro trabalho de campo – falando, entrevistando, participando de múltiplas atividades de *outreach*, workshops, encontros, celebrações, visitas a espaços comunitários, tais como lojas, associações, cafés, restaurantes, bares. Esta entrada pela MAPS permitiu-me aceder a um sem número de interlocutores que me ajudaram a perceber melhor, por dentro, este processo identitário complexo.

Aliás, este foi um momento privilegiado de observação, pois, em 2009, esta luta pelo label *Portuguese-speaker* era muito forte, como preparação do recenseamento de 2010 e havia o objetivo de conseguir contabilizar os *Portuguese-speakers* evitando a enorme dispersão classificatória de que, em termos censitários, estas várias comunidades eram objeto. O sistema classificatório americano não se adequava à diversidade interna deste grande conjunto de *Portuguese-speakers*. Porque os portugueses eram europeus, os cabo-verdianos podiam considerar-se mais africanos ou mais europeus, os brasileiros podiam ser classificados como latinos, embora não hispânicos – o que já era uma dissonância no sistema...ou seja, a própria contabilização dos *Portuguese-speakers* enquanto tal era um desafio para o sistema censitário estadunidense. A campanha de sensibilização era para que as pessoas, em vez de porem ao acaso a cruz, provocando dispersão, escrevessem no campo aberto *Brazilian*, ou *Portuguese* ou *Cape-Verdean* – porque havia uma promessa de que iriam contabilizar estes vários *Portuguese-speakers*, o que creio que não chegou a acontecer. Mas o mais interessante foi a campanha que a MAPS liderou em torno da tomada de consciência deste grupo, o PSCCC - *Portuguese-Speaking Complete Count Committee*.

OEm – Portanto, esse label de Portuguese-speakers não chegou a ser implementado?

GIC – Podemos dizer que o label existe e continua a ser usado de forma sobretudo política e utilitária. É um label que, pensando na nossa realidade mais portuguesa, até se pode confundir com o de lusofonia. Mas a minha questão ali era: até que ponto este label se encaixava numa autoidentificação identitária. Nunca ouvi ninguém se identificar como *Portuguese-speaker*, fosse brasileiro, cabo-verdiano, açoriano, ou português do continente.

OEm – Escreveste um artigo a intitulado “De minoria étnica a maioria linguística”, no qual abordas estas questões. Queria perceber se, além desta vontade de ganhar peso político e visibilidade, observaste desacordos e tensões entre as diferentes comunidades, enfim, entre as diferentes pertenças étnicas?

GIC – Sim, claro que sim. Essas tensões sempre existem em contextos urbanos de grande diversidade, económica, social, cultural. Portanto, o que eu observo são essas tensões, essas dissensões também entre projetos migratórios também eles diferentes, totalmente diferentes. Porque, enquanto a história imigratória cabo-verdiana e portuguesa-açoriana (repara, já o dizer apenas “português” omite ou invisibiliza um aspeto fundamental, que é o da imigração ser esmagadoramente açoriana) têm algumas semelhanças do ponto de vista histórico, porque ambas

terão começado com a contratação destes ilhéus como tripulantes dos barcos baleeiros (leia-se o incrível romance de Melville, *Moby Dick*), partilhando toda uma história desde o século XIX muito forte, e até anterior, já a imigração brasileira é algo que explode no final do século XX, mais de cem anos depois e é totalmente diferente. Falamos de períodos e momentos históricos distintos, também em termos de industrialização: enquanto a imigração cabo-verdiana e portuguesa estão ligadas à história da industrialização dos Estados Unidos, sobretudo para esta Nova Inglaterra de que falamos, e vai ter um padrão residencial muito concentrado, já a imigração brasileira é pós-industrial, vai-se dispersar territorialmente.

Em 2014, ganhei uma bolsa da FLAD e voltei à UMass Boston por um semestre, desta vez também para dar um *undergraduate seminar* intitulado: “Language & Ethnicity: Portuguese Speakers in Massachusetts”. Entre 2009 e 2014, havia feito algumas curtas visitas “ao campo”, mas nessa altura pude dar continuidade ao trabalho de campo – e foi quando conheci o Giuseppe Formato, num evento organizado pelo *Boston Portuguese Festival* para jovens *Portuguese-Americans*, num dos clubes portugueses locais.

OEm – Aqui, temos de dizer que o Giuseppe Formato, que já foi entrevistado pelo Observatório,¹⁵ é uma das pessoas com as quais tens colaborado nos últimos anos. Aproveitava então para te colocar a pergunta sobre esta experiência de pesquisa colaborativa e de interdisciplinaridade porque, até aí, tinhas abordado esse terreno sozinha. E a partir desse encontro, a tua investigação toma outro rumo, não é?

GIC – É exatamente isso. Digamos que, entre 2009 e 2014, eu havia estado muito próxima da comunidade cabo-verdiana. Penso que uma das razões para esta aproximação era eu ser de Lisboa, que era uma cidade familiar para esta comunidade. Isto é uma outra questão que, em migrações, se fala pouco, que é a importância das cidades, tanto de origem como de destino, ou as cidades que se conhecem por ter lá a viver amigos, familiares. No fundo, é mais um dos níveis em que se pode usar a crítica do nacionalismo metodológico no estudo das migrações, que recorta empiricamente o fator “nacionalidade”. Ou seja, nesta minha experiência, aprendi também sobre o quão enganador pode ser olhar as identidades a partir da questão nacional. Sendo eu portuguesa, deveria sentir-me emocionalmente mais próxima dos portugueses, mas o que aconteceu, num primeiro momento, foi que a comunicação com a comunidade cabo-verdiana fluiu mais rápida, precisamente porque parte destes meus primeiros contactos tinham familiares e amigos que viviam em Lisboa e sabemos como a Grande Lisboa é central na diáspora cabo-verdiana – sendo a Amadora uma das maiores cidades cabo-verdianas em termos do número

¹⁵ Azevedo, Liliana (2021), “A mesma língua, muitas histórias: entrevista com Giuseppe Formato”, *OEm Conversations With*, 24, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW242021 <https://observatorioemigracao.pt/np4/8093.html>

de habitantes. E a região de Boston, também. É aqui que se encontram cidades com grande concentração de população de origem cabo-verdiana, como Brockton, Massachusetts, ou Pawtucket, Rhode Island... A cidade da Praia tem muito menos habitantes cabo-verdianos do que qualquer destas cidades, creio. Tudo isto para dizer que, neste primeiro período em Boston, a minha entrada no terreno *Portuguese-Speaker*, foi sobretudo mediada pelos e pelas trabalhadores cabo-verdianos da MAPS, nomeadamente nessa agência de Dorchester, bairro onde a principal comunidade cabo-verdiana vivia, em Boston. Hoje posso dizer que só vim a “descobrir”, de forma mais aprofundada, a comunidade açoriana mais tarde, pela mão do Giuseppe, em parte devido ao meu posicionamento como alguém que vinha de Lisboa – aliás “Lisboas” é um termo local, genérico, usado para referir quem vem de Portugal continental. Ou seja, enquanto o facto de eu ser uma “Lisboa” não facilitava a minha entrada no universo açoriano-americano, onde uma maioria das pessoas são binacionais, o mesmo posicionamento aproximava-me do mundo cabo-verdiano. *In locu*, a nacionalidade contava pouco nesta relação com as várias comunidades. Tal como a língua...recordo-me de uma mulher brasileira elogiar a qualidade do meu português; quando lhe disse que era portuguesa, exclamou, com surpresa: “Ah, em Portugal também se fala português?”.

Mas voltando à tua pergunta sobre a minha colaboração com o Giuseppe, um colega e amigo de origem açoriana e italiana, que prevalece no seu nome. Quando o conheci, em 2014, ele tinha terminado o mestrado na UMass Boston, em linguística aplicada, e estava a iniciar um doutoramento na Lesley University sobre a relação entre o ensino do Português como *heritage language* (que tem sido traduzido como “língua de herança”) e as suas variantes, ou variações linguísticas. Posso dizer que a partir desse momento começámos uma conversa que ainda hoje continua, em torno de interesses de investigação comuns, diria eu, entre a sociolinguística e a antropologia, entre o meu lugar mais *outsider* e o dele mais *insider*... e uma amizade que se foi construindo. Entretanto, e após um período de maior dedicação ao Iscte, no cargo de pró-reitora (2014-18) regressei a Boston em janeiro de 2019, como professora visitante, graças ao financiamento da *Gulbenkian/ SAAB Portuguese Studies Grant*, da UMass Lowell, através do *SAAB Center for Portuguese Studies*, liderado pelo Frank de Sousa – que havia organizado ao longo de décadas toda uma estrutura de ensino e investigação sobre estudos portugueses, na UMass Dartmouth, a sul do Estado do Massachusetts, e agora estava a fazê-lo mais a Norte, na UMass Lowell, outro dos pólos do sistema da Universidade do Massachusetts. E foi a partir desta estadia que eu e o Giuseppe Formato, já doutorado e a trabalhar como leitor na Lesley University, começámos a colaborar de forma mais sistemática, com reuniões semanais no Bourbon Coffee, em Porter Square, ao lado da sua universidade. E foi através do Giuseppe, da sua pesquisa e, sobretudo, da sua experiência como parte da comunidade açoriana de Cambridge e Somerville, que as questões da sociolinguística se tornaram importantes para mim. E me ajudou a olhar o papel da língua nas suas múltiplas dimensões sociais, culturais, afetivas, sem a excluir tão determinadamente

como o fizera até aí. Explico-me: eu não era linguista, e sempre afirmara que não estava a estudar a língua portuguesa, mas sim o label *Portuguese-speaker* e o seu papel na construção local de uma suposta identidade congregadora de várias populações imigrantes..., mas através do olhar do Giuseppe, a ligação entre as múltiplas dimensões, ideológicas, socioculturais, atitudinais, de classe, do próprio facto linguístico, ou sociolinguístico, tornava-se mais clara¹⁶. O próprio Giuseppe, descendente de mãe açoriana e pai italiano, nascido nos Estados Unidos da América, com três nacionalidades, foi quem me foi facilitando esta entrada nas subtilezas de um terreno complexo. Tem sido um caminho longo, porque a etnografia é qualquer coisa que precisa de tempo. É preciso tempo para entrar na vida das pessoas, para ganhar a sua confiança e amizade, o suficiente para nos contarem sobre a sua vida, o seu passado, o seu presente, a sua visão do mundo. E foi com o Giuseppe e com a família materna dele, da ilha de Santa Maria, Açores, a viver num pequeno espaço entre ruas de Cambridge e Somerville que eu comecei a situar melhor a minha investigação, que se tornou na nossa investigação, à medida que vamos aprofundando estas identidades misturadas que nunca sei como rotular, *Azorean-American*, *Portuguese-Azorean*, sabendo a importância das hierarquias de prestígio das diferentes ilhas... Outra questão que é importante referir, é que eu estive sempre a estudar estas questões do ponto de vista dos imigrantes e seus descendentes. Portanto, com as pessoas que vivem na área de Boston, que vieram de algum sítio. Aliás, escrevi um texto¹⁷, a convite da Cláudia Pereira e da Joana Azevedo – e estou-lhes grata por isso – em que discuto precisamente o desconforto que o *label* “emigrante” produz. Nenhum dos meus interlocutores gosta dele, porque é um *label* altamente estigmatizante. Tomei consciência clara disso numa conversa com o João Feitor, já falecido, que foi um líder comunitário, uma pessoa importante na comunidade portuguesa, um empresário com muito sucesso que dava emprego a muita gente, estava à frente da *Filarmónica Santo António Cultural Center*, entre outras coisas. Ele era da ilha de São Miguel, Vila Franca do Campo, emigrara jovem adulto para os EUA. Uma das vezes que me foi buscar à estação de Lechmere de carro, para mais uma entrevista, a ele e à Fátima, sua esposa, ele de repente diz-me: “Olhe, eu tenho muito orgulho em ser imigrante. Agora, o que eu não aceito ser, e recuso, é aquilo que vocês chamam de “emigrante”. Eu não sou emigrante, não sou português de segunda, sou tão português como vocês”. E contou como em Vila Franca do Campo, num certo verão, ele recusou

¹⁶ Cordeiro, G.I. e Giuseppe Formato, 2022, Tensões e contradições do português em contextos de diáspora: narrativas etnográficas e confessionais na área metropolitana de Boston, *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, 61(3): 733-746 <https://doi.org/10.1590/010318138670205v61n32022>

¹⁷ Cordeiro, G. Í. (2019). An Immigrant in America Yes, But Not an Emigrant in My Own Country! The Unbearable Weight of a Persistent Label. In: Pereira, C., Azevedo, J. (eds) *New and Old Routes of Portuguese Emigration*. IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15134-8_13

participar numa festa de receção aos emigrantes – estava assim escrito num *banner* – organizado pelo Presidente da Câmara, seu amigo. E como no ano seguinte a festa foi organizada com outros termos.

OEm – Noutras ocasiões, que não esta, tivemos oportunidade de tentar fazer alguma comparação entre a migração transatlântica e a migração de Portugal para a Europa. As temporalidades e as geografias destas migrações não são bem as mesmas, os contextos de receção também não e os de origem também não. E, portanto, será que a forma como as pessoas migrantes e seus descendentes vivem, interpretam, enfim, acolhem estes rótulos e os assumem ou recusam poderá também ter a ver com as políticas dos respetivos países ou contextos de chegada? Pergunto isto pensando no facto de que, nos Estados Unidos, as questões da imigração não foram tratadas da mesma forma, ao longo do tempo, que na Europa, até porque os EUA são um país de imigrantes, é um país que se assume como tal. Enquanto na Europa...

GIC – Sim, claro que isso conta muitíssimo, os significados mudam conforme os contextos políticos, nacionais, etc. Essa pergunta faz todo o sentido porque junta várias dimensões do mesmo problema, que são as dimensões que interessa trabalhar, ou seja, o processo migratório é qualquer coisa que põe em relação países de origem, aliás, nem são apenas os países, mas também regiões e lugares de origem e lugares de chegada. Muitas vezes são ambos urbanos, noutros casos, não. Podem ser rurais de origem e urbanos de chegada, como também pode ser o contrário. Atualmente, tudo isto está bastante mais baralhado, com a “explosão” turística das últimas décadas, da internet, etc., mas, neste caso, estamos a falar de lugares de origem, sejam urbanos, sejam rurais, que já por si, muitas vezes, desafiam o próprio contexto nacional. Os Açores, por exemplo, são um arquipélago atlântico que está entre a Europa e os EUA e cujos fluxos migratórios laborais têm sido maioritariamente para os EUA. Em épocas passadas, eram as pessoas mais pobres, com vidas mais precárias, mais iletradas, que emigravam para o continente americano – aliás, também emigraram muito para o Brasil. Já, o fluxo dos Açores para o continente português tem sido diferente, com certeza variável ao longo do tempo, mas a minha intuição – não tenho ainda aprofundado suficientemente – diz-me que há uma ligação maior entre as elites dos Açores e as cidades para onde vinham estudar, Lisboa, Porto ou Coimbra. Portanto, temos conexões totalmente diferentes deste arquipélago a Portugal Continental e aos EUA, com preponderância deste último destino em termos demográficos. E se nos lembrarmos que este circuito entre as ilhas e os EUA tem pelo menos 200 anos de história, idas e vindas, ao longo de gerações, percebemos bem o impacto americano no arquipélago – também em termos linguísticos. Há descendentes de açorianos imigrantes do século XIX como dos anos 1960- 70. Houve muita emigração, mas também houve muito retorno às ilhas, em épocas de crise, como, por exemplo, no período da crise 1929, muitas famílias regressaram aos Açores porque perderam o

emprego; aliás como, provavelmente, agora está a acontecer, com os mais recentes imigrantes, sem cidadania americana, fruto das políticas trumpistas anti-imigração. Sabemos que os processos migratórios são tudo menos lineares, são feitos de idas e vindas. Portanto, eu fui encontrar, em Bosto, algo que já tinha também descoberto na Bica, que é a tal ida e vinda geracional. Por exemplo, a mãe do Giuseppe nasceu nos Açores, nos finais dos anos 1950, e emigrou com dois anos com a família para Cambridge, cidade onde a sua mãe – uma das avós de Giuseppe – tinha nascido em 1909, tendo regressado ainda criança a Santa Maria, com as irmãs e o pai que enviuvou e não conseguia trabalhar e cuidar das três filhas...mas voltou a emigrar quando teria cerca de 40 anos, graças à sua cidadania americana, já casada, com filhas e netas – uma das quais, a mãe do Giuseppe.¹⁸ Esta não é uma história única ou atípica – apanhei muitas histórias destas, destas idas e vindas geracionais, contadas muitas vezes por filhas e netas. E fui encontrar, também, migrações sazonais de Olhão, no Algarve, para Provincetown, no Cape Cod, onde há uma comunidade de “algarvios” que viajavam, de barco, várias vezes durante o ano, histórias de família contadas por uma descendente que ainda lá vive!!

Agora, a questão que tu puseste é muito interessante, porque, pessoalmente, pensando em Portugal, eu acho que é muito difícil comparar processos migratórios tão diferentes, com origens tão diferentes como o Minho ou os Açores com destinos tão diferentes como uma Europa dos anos 1960 ou 1980, velho continente, onde não houve a romantização nem a representação embelezada do que é o imigrante, com o Novo Mundo, territórios que se construíram a partir da imigração que veio da Europa, mas não só, também de África, da Ásia e do resto do mundo. Isto faz muita diferença. E os tempos migratórios, as épocas são também elas muito diferentes, o que dificulta comparações. No meu caso, sinto que as comunidades com as quais eu tenho contactado mais são muito americanas, porque estão há muitos anos a viver nos Estados Unidos da América e têm incorporado muito esta representação positiva do imigrante. Sabemos que neste momento as coisas estão mais difíceis, mas há um enraizamento, desde o discurso do Kennedy e outros: “Nós somos um país de imigrantes”. Isto é algo assente, desde o imaginário do *melting pot* até ao multiculturalismo da década de 1960. São várias variações interpretativas sobre o fenómeno da multiculturalidade, do multilinguismo e de como um país se faz desta mistura. Tem pouco a ver com o imaginário da Europa, é totalmente diferente. Portanto, como é que é possível nós compararmos minhotos que saem do Minho que vão para França ou vão para a Suíça e que têm uma série de barreiras, dificuldades de integração, inclusivamente dificuldades em adquirir a cidadania, por exemplo, no caso da Suíça, como tens explicado a partir da tua

¹⁸ Formato, G. (2025). Atlantic Legacies, Urban Realities: Examining Santa Maria Island Migratory Histories and Diasporic Identities in Cambridge and Somerville, Massachusetts. In Simão, L., Monteiro, A., Fonseca A.M., Domingues de Almeida, J., Borges, D. (eds). *One Atlantic, Many Perspectives: Valuing Diversity in the Age of Competition*. (pp. 181-193). Letras Lavadas.

investigação, com as histórias contemporâneas dessa imigração para a Europa que me contam estes imigrantes açorianos nos Estados Unidos, em que o processo de integração em termos de cidadania era muito rápido, desde que abandonassem a cidadania portuguesa – pelo menos até à década de 1980, em que não havia dupla nacionalidade. Era toda uma sociedade preparada para receber imigrantes.

OEm – Daquilo que dizes, podemos depreender que seria cientificamente muito relevante, no campo dos estudos sobre a chamada “emigração portuguesa”, fazerem-se análises comparadas entre o destino Europa e destinos noutras geografias, também para evitarmos alimentar imagens passadas daquilo que são “os emigrantes portugueses”, ainda prevalece na sociedade e nas políticas portuguesas uma imagem muito homogénea.

GIC – E estigmatizante. Eu acho que a questão tem de ser posta ao contrário. Ou seja, as comparações podem e devem ser feitas, a partir de casos concretos. Do meu ponto de vista, porque sou antropóloga, interessa-me mais a experiência vivida e concreta dos protagonistas destas mobilidades. Quando penso em estudar isto, é a partir da experiência individual e familiar das pessoas. E partir da experiência concreta de cada um tira-nos logo do enquadramento “emigração” e põe-nos no enquadramento “imigração”, ou, mais corretamente, “migração”, porque as mobilidades são múltiplas. Por outro lado, é pensar de uma maneira muito mais global a questão, uma vez que não é só a pessoa que se move que interessa, mas é também a pessoa que fica, pois ninguém vive isoladamente. Lá voltamos à questão da migração imóvel, ou seja, de como os processos migratórios envolvem todas as comunidades: as aldeias do Minho que ficavam vazias, as pessoas de idade que ficam desprotegidas porque os jovens vão viver para longe, e tudo isto faz parte do mesmo processo. Portanto, pensando em termos de processo, deixa inclusivamente de fazer sentido a separação entre emigração e imigração, que é uma separação clássica, mas que é uma separação que, do ponto de vista científico, para mim, não faz muito sentido. A experiência de pessoas que foram para os Estados Unidos, voltaram para os Açores, depois regressaram aos Estados Unidos... podemos arranjar toda uma nomenclatura para cada tipo de movimento, mas na realidade estamos a lidar com um problema complexo que envolve os que se movem e os que não se movem, envolve todos, e envolve as comunidades, no seu conjunto – tanto nas práticas como nas representações associadas a estas práticas. Parte desta migração é, ou tornou-se, sazonal, cada vez mais açorianos vão passar o verão aos Açores, mas Lisboa também aparece como destino turístico.

Qualquer emigrante é imigrante, portanto, qualquer pessoa que migra inclui as duas faces da mesma moeda. Portanto, a separação é praticamente impossível. O que nós temos é que assumir um ponto de vista. Ou assumimos o ponto de vista da pessoa que parte e chega a um destino, ou o ponto de vista da não pessoa, do ausente, e aí ficamos com o quê? Podemos fazer

estatísticas, mas ficamos com uma realidade um bocadinho descarnada, não é? Podemos comparar os que saem para a Suíça, com os que saem para a América, os que saem para aqui ou acolá e temos números, mas não temos a carne e o sangue da experiência individual. Eu penso que são opções ideológicas: queremos perceber o que acontece às pessoas nestas mobilidades ou queremos analisar os interesses de Estado, os interesses económicos, os interesses políticos? São opções. Ambas as investigações são possíveis e são legítimas.

OEm – São opções epistemológicas, também.

GIC – Sim, claro, mas as opções epistemológicas são também ideológicas, sempre.

OEm – Pegando nas tuas últimas frases, queria aproveitar para levantar a questão da dimensão sensorial das migrações, mas também da dimensão sensorial da própria investigação.

GIC – Mais uma vez, voltamos à etnografia. A experiência sensorial faz parte intrínseca da etnografia, a etnografia é toda ela um processo muito sensorial, porque se desenvolve ao longo de relações de interconhecimento pessoal, de aprendizagem, de partilha. No fundo, isto tem a ver também com outra questão que tu já tinhas referido, sobre a investigação colaborativa. Neste momento, estou envolvida nesta investigação conjunta com o Giuseppe Formato, e já nem sei investigar de outra forma. Portanto, esta investigação na área de Boston, que fui aprofundando, já me fez ir para além dos Portuguese-speakers e, estar mais próxima das vivências concretas da comunidade açoriana daquela área. E o facto de fazer isto juntamente com alguém que pertence à comunidade e que também é investigador, levou-nos a esta etnografia colaborativa, interdisciplinar, pois ele tem mais a formação do lado da sociolinguística, da língua, e eu tenho mais esta formação do lado da antropologia urbana e da etnografia. Em conjunto, vamos aprendendo e vamos conhecendo dialogicamente uma realidade que inclui a sua família, mas que se foi alargando a outros círculos, outras redes, outras problemáticas – como a da transformação urbana e gentrification...

OEm – O que contas é muito interessante porque abordas o processo de investigação e as oportunidades que surgem a partir da própria pesquisa de terreno. Queria, no entanto, recentrar a conversa na questão da sensorialidade, na textura e espessura da investigação, etc.

GIC – Essa é uma das dimensões mais importantes, da qual falei pouco. Só é possível entrar no lado mais açoriano destas duas cidades americanas, Cambridge e Somerville, com pessoas da comunidade, pois as principais dinâmicas de recriação da identidade açoriana passam-se ao nível doméstico ou quase doméstico – dentro de algumas coletividades, na Igreja de Santo António, em lojas, nas festas, nas casas, na comensalidade recíproca – num registo de vida que é mais privado. É algo que não tem uma visibilidade pública óbvia, apesar de algumas manifestações de rua, pontuais, como as procissões. E esta identidade açoriana, que se relaciona com a origem

e vivência destas pessoas, produz-se muito desta forma discreta. Mas que é um nível identitário mais “autêntico”, apesar de eu não gostar muito da palavra, porque tudo é autêntico de alguma maneira – mais genuíno, identitário, no sentido real do termo. E que tem muito pouco a ver com, por exemplo, as produções e recriações de identidades portuguesas ao nível mais nacional, a partir de ações do Estado português, através da dinamização de atividades que divulgam representações da identidade portuguesa. Apesar de acontecerem num mesmo lugar – no triângulo Boston, Cambridge, Somerville – eu diria que estão separadas umas das outras, sem uma ligação óbvia entre estes fenómenos de vender a portugalidade e as comunidades portuguesas locais. Também não vou dizer que estão completamente separadas, mas assumir que estas representações de identidade portuguesa servem para aquelas pessoas, pode ser excessivo, porque penso que não serve – e esta é uma das questões que nós também trabalhamos, eu e o Giuseppe. Não só não serve como, muitas vezes, dificulta, como se se produzisse um fenómeno de apagamento de identidades mais localizadas, de ilha ou arquipélago, de aldeia ou de bairro, com a imposição de um label nacional – Português – moldado à imagem de certas regiões icónicas do continente, como o Minho, a partir de Lisboa, e que cria uma ideia “folclorizada” do que é Portugal – o Galo de Barcelos, o fado, a saudade, todos estes ícones que conhecemos. Mas voltando à questão sensorial, o que eu queria dizer é que toda a etnografia é sensorial porque, no fundo, esta relação pessoal com os interlocutores constrói-se enquanto se cozinha, se come, se bebe, com música, com danças, com piadas e rábulas, nos rituais das sopas, das malassadas, da alcatra, de performances como as danças de Carnaval, ou das missas... Portanto, aquilo que normalmente se chama entrevistas, no caso da etnografia, são mais conversas informais que se passam nos espaços da vida quotidiana das pessoas. E como são momentos de encontro, mesmo entre a antropóloga que vem de Lisboa e as pessoas de lá, são sempre momentos acompanhados de muitos tipos de rituais de visita e encontro, sempre com muita emoção.

OEm – E troca de afetos. Imagino que ao longo de mais de 15 anos de contacto, de imersão neste terreno, de vaivéns, haja também essa componente dos afetos. Queria que explicasses o que isso te permite, na atualidade, ver e fazer que, inicialmente, quando lá chegaste em 2009 e, eventualmente ainda em 2014, com uma posição ainda bastante outsider, não te estava acessível?

GIC – Está tudo relacionado. Mas os Açores são um arquipélago com muitas ilhas, não é? E uma dessas ilhas – Santa Maria – tornou-se o centro das nossas inquirições, desde logo por o lado materno da família de Giuseppe ter vindo de lá. É uma pequena ilha, com uma história muito particular da qual pouco se fala: São Miguel é o grande protagonista, eu diria, a ilha mais povoada, com mais emigração, em termos quantitativos. Apesar destes silêncios, Santa Maria é uma das ilhas mais representadas neste pequeno bairro. Há um estudo pioneiro feito por James Ito-

Adler em Cambridge no início dos anos 1970, e replicado em finais dessa década em Somerville,¹⁹ ainda não publicado, sobre a os “portugueses” destas cidades que eram a comunidade estrangeira mais numerosa naquele momento, após a grande vaga imigratória que se seguiu à erupção do vulcão dos Capelinhos, na ilha do Faial. Ele diz claramente que São Miguel e Santa Maria são as duas ilhas mais representadas aqui. Fala-se sempre muito de São Miguel quando se fala dos Açores, quando se refere o “sotaque açoriano” é o sotaque de São Miguel que está em causa. A ilha de Santa Maria está muito próxima de São Miguel, pertence ao mesmo grupo de ilhas e é um pouco a periferia de São Miguel. Quando estive em Santa Maria, no ano passado, apercebi-me desta periferização, em coisas tão simples como o facto de as parturientes marienses terem de ir para o hospital de São Miguel dar à luz, o que faz com que praticamente não existam naturais de Santa Maria; quando eu perguntava: “É natural de onde?” invariavelmente a resposta era: “Ah, no papel é São Miguel, mas eu sou de Santa Maria”. Coisas que só se apanham falando com as pessoas e que dão notícia de temas sensíveis que afetam a identidade de cada um.

OEm – Estás, portanto, a falar da importância da escala e de ir ao nível mais micro para entender questões bastante mais amplas, como a da identidade e das migrações.

GIC – Sim, claro. Há sempre vários níveis, mas a etnografia trabalha no nível micro, trabalha num nível mais próximo da experiência individual. É, digamos, o lado vivencial que conta mais. Pode alimentar dimensões interpretativas mais abstratas, claro, mas o ponto de partida é sempre este – embora depois deva “escalar” para outros níveis de análise, enquadrando-se em várias disciplinas, como refere Michel Agier em um dos capítulos do seu livro sobre antropologia urbana.²⁰

OEm – Temos estado a falar de circulações e de mobilidades, tu própria tens andado muito cá e lá, entre as duas margens do Atlântico. Imaginavas ficar tantos anos neste vaivém? Por outro lado, com esta experiência circulatória que parece que vá continuar, será que te consideras, atualmente, uma investigadora transnacional?

GIC – Sinto-me talvez mais como uma investigadora translocal, no sentido que sou alguém de Lisboa que tem estado a fazer trabalho de campo e conhecer uma área urbana central, composta por três cidades interconectadas, Boston, Cambridge e Somerville. A própria relação entre estas duas cidades tem sido pouco, ou quase nada, trabalhada. A escala urbana, das cidades e das áreas metropolitanas, tem sido um dos focos de todo o meu percurso de pesquisa, e foi com

19 Ito-adler, J. (1980), *The Portuguese in Cambridge and Somerville* (Combined Edition), City of Cambridge, Cambridge Department of Community Development.

20 Agier, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011. 216p. Tradução de Graça Índias Cordeiro.

esse foco que eu iniciei o meu terreno em Boston. Em termos teóricos, sinto que o local – localidade, micro-local, translocal, etc. – é uma âncora mais realista, concreta, próxima da experiência de cada um, que recusa o recorte “nacionalista” no estudo das migrações, por exemplo. Por isso, acho que é mais real dizer que estou entre Lisboa e Boston do que dizer que estou entre Portugal e os EUA, ou... entre Santa Maria e *Camberville*.²¹ Lembrando-me sempre que a minha aproximação aos Açores se fez com pessoas que eu conheci em Boston, não em Lisboa. Isto, para mim, também diz muito sobre a marginalização que estas ilhas, de uma maneira geral, têm vivido relativamente a Portugal Continental e, mais especificamente, Lisboa, centro do poder político.

OEm – Muito obrigada por teres partilhados a tua experiência e reflexões connosco!

[Entrevista realizada em Lisboa, a 5 de dezembro de 2025, revista para publicação em fevereiro de 2026.]

21 Índias Cordeiro, G., Formato, G. (2024). Azorean-American Resilience in Camberville: A Visual Approach to a Vernacular Landscape in a Gentrified Neighborhood. In: Lakić, S., Pereira, P., Índias Cordeiro, G. (eds) *The Everydayness of Cities in Transition*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-63414-7_6



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Iscte, o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Conversations With, 38
Título	As cidades são feitas de migrações: entrevista com Graça Índias Cordeiro
Autor	Liliana Azevedo
Editor	Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
Data	Março de 2026
ISSN	2183-4385
DOI	10.15847/CIESOEMCW3820256
URI	

Como citar Azevedo, Liliana (2026), "As cidades são feitas de migrações: entrevista com Graça Índias Cordeiro", *OEm Conversations With*, 38, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW382026

www.observatorioemigracao.pt

cies _ iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

IGOT Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IS INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



**COMUNIDADES
PORTUGUESAS**